

Questão social e pandemia da Covid-19: expressões sobre a educação pública brasileira

Social issue and the COVID-19 pandemic: impacts on Brazilian public education

Lilian Angélica da Silva Souza* 

Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira** 

Luiza Guimarães Oliveira*** 

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as expressões da questão social durante a pandemia da Covid-19 sobre a educação pública no Brasil. Baseada no método materialista histórico-dialético, a pesquisa tem caráter quanti-qualitativo, é classificada como exploratória e, no seu percurso metodológico, utiliza-se da revisão bibliográfica. Foram analisados, entre os anos de 2020 e 2022, em anais de eventos e em determinadas revistas com publicações na área de Serviço Social, trabalhos e artigos que tratavam das relações entre pandemia e educação pública brasileira. Os resultados apontaram 27 produções, que correspondiam aos critérios de inclusão e de exclusão definidos na pesquisa. Conclui-se que assimetrias sociais, que não eram novas, como o racismo, o desemprego e a fome, refletiram em desigualdades socioeducacionais, que foram exacerbadas durante a pandemia, como parte das crises estruturais do capital.

Palavras-Chave: questão social; pandemia; educação pública.

ABSTRACT

This article aims to analyze the expressions of social issues during the COVID-19 pandemic on public education in Brazil. Based on the historical materialist dialectical method, the research has a quantitative-qualitative character, is classified as exploratory and, in its methodological path, uses a bibliographic review. Between the years 2020 and 2022, in event annals and in certain journals with publications in the area of social work, articles that dealt with the relationships between the pandemic and Brazilian public education were analyzed. The results showed 27 papers, which corresponded to the inclusion and exclusion criteria defined in the research. It is concluded that social asymmetries, which were not new, such as racism, unemployment, and starvation, resulted in socio-educational inequalities, which were exacerbated during the pandemic, as part of the cyclical crises of capital.

Keywords: social issues; pandemic; public education.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2024.86527>

*Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: l.souza@ess.ufrj.br.

**Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: amabelemontavoni@gmail.com.

***Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: luizaguimaraesoliveira98@gmail.com.

Como citar: SOUZA, L. A. S. M.; PEREIRA, A. R. F. M.; OLIVEIRA, L. G. Questão social e pandemia da Covid-19: expressões sobre a educação pública brasileira. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 56, 78-91, set./dez, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2024.86527>.

Recebido em 27 de junho de 2023.

Aprovado para publicação em 30 de janeiro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



Introdução

Este artigo analisa as expressões da questão social no período pandêmico, que repercutiram sobre a educação pública no Brasil. A questão social é compreendida como o conjunto das expressões da desigualdade na sociedade capitalista madura, a exemplo da fome, do desemprego, da violência, dentre outros. Manifesta, no cotidiano da vida social, a contradição entre classes sociais em um contexto em que a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho se torna mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, porque é monopolizada por uma parte da sociedade (Iamamoto, 2001).

Com base nessa compreensão, destaca-se o contexto da crise sanitária decorrente do Coronavírus (SARS-CoV-2/Covid-19), cujos reflexos atravessaram diversas esferas da vida em sociedade, aprofundando as expressões da questão social e intensificando a violação de direitos humanos que já vinham sendo vilipendiados no Brasil. A política de educação, em particular, foi atingida pelas medidas sanitárias de contenção da transmissão do vírus, que geraram, por determinação do Ministério da Educação (MEC), a substituição das aulas presenciais por remotas, que, associadas a outros fatores, exponenciaram os óbices já existentes no ensino público brasileiro, no âmbito das escolas e nos planos político, econômico e social.

Tendo como fundamento teórico a educação na perspectiva crítica e emancipatória, associada aos princípios ético-políticos do Serviço Social, esse artigo¹ é resultado da pesquisa quanti-qualitativa de caráter exploratório realizada com base no método do materialismo histórico-dialético. Adota como procedimento metodológico a revisão bibliográfica de publicações, entre 2020 e 2022, em anais de eventos e revistas com produções na área de Serviço Social.

A investigação feita a partir do método de Marx permite aproximações sucessivas com a complexidade das relações contraditórias da sociedade em uma dada formação histórica. Favorece, portanto, compreender no movimento da realidade a essência do fenômeno. Já a pesquisa bibliográfica foi utilizada para identificar “referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta” (Fonseca, 2002, p. 32).

1 O texto apresenta parte das pesquisas de iniciação científica realizadas na Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação (Repense), da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que investigam um conjunto de elementos que atravessam a educação pública brasileira, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e da UFRJ.

O objetivo geral da pesquisa foi o de investigar as expressões da questão social durante a pandemia da Covid-19 na educação pública no Brasil. Seus objetivos específicos foram: 1) realizar a revisão bibliográfica de trabalhos e artigos, produzidos entre 2020 e 2022, sobre pandemia e educação pública, em anais de eventos e revistas específicas com publicações do Serviço Social; 2) analisar o conjunto de determinantes sociais na educação, apontados pelos autores das produções selecionadas; e 3) identificar as expressões da questão social que incidiram sobre a educação pública brasileira no período da pandemia da Covid-19.

Durante a investigação, foram percorridas as seguintes etapas: definição da pergunta norteadora (“quais expressões da questão social foram aprofundadas no ensino público brasileiro durante a pandemia da Covid-19?”); estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão da literatura; definição das informações a serem extraídas; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; e síntese dos dados.

O levantamento resultou em 27 publicações, sendo 14 nas revistas selecionadas² e 13 em anais de eventos³. No conjunto dos textos pesquisados, quantitativamente, as assimetrias sociais foram identificadas a partir da seguinte distribuição: dez textos trataram o sucateamento das políticas sociais; seis textos abordaram o racismo; quatro enfatizaram a evasão escolar, três, a pobreza; dois, a violência; e outros dois abordaram a precarização do trabalho, no contexto da crise sanitária e capitalista. É importante assegurar que, considerando que esses elementos são interseccionais e atravessam a educação de forma concomitante, a leitura dos textos revelou que essas categorias podem aparecer simultaneamente em todos ou na grande maioria deles. No entanto, destacamos aqueles que mereceram maior ênfase por parte dos autores.

A exposição dos resultados da pesquisa foi estruturada em duas partes. A primeira analisa a política de educação no Brasil como campo de contradições, lutas e disputas entre classes sociais no capitalismo dependente e periférico, e que se agrava frente ao avanço do ultraneoliberalismo e à conjuntura pandêmica. A segunda aborda as expressões da questão social na política de educação no contexto pandêmico, com base na pesquisa realizada.

2 Os artigos encontrados nas revistas selecionadas somaram o total de 14, distribuídos entre 2020 e 2022, sendo quatro da *Revista de Políticas Públicas* (UFMA), três da *Revista Em Pauta* (Uerj), três da *ser social* (UnB), dois da *argumentum* (Ufes), um na *Serviço Social e Sociedade* (Editora Cortez) e um na *Serviço Social em Debate* (UEMG).

3 Já os trabalhos publicados em anais de eventos totalizaram o quantitativo de 13, em que a maioria (seis) foi apresentada no XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2022, quatro na X Jornada Internacional de Políticas Públicas (Joinpp), em 2021, e três no XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), também em 2022.

Política de educação no Brasil frente à agenda ultraneoliberal e à pandemia de Covid-19

Partindo da perspectiva de totalidade do ser social, situamos a educação como uma das dimensões sociais que possuem vinculação ontológica com o trabalho. Conforme Tonet (2017), p. 4),

[...] como resultado da complexificação do ser social produzida pelo trabalho, surgem outras dimensões da realidade social, a exemplo da linguagem, da educação [...] elas têm sua raiz no trabalho, mas cada uma delas cumpre uma função diferente na reprodução do ser social.

O próprio trabalho é um princípio educativo, já que é por meio dele que os sujeitos produzem o necessário para sua sobrevivência material, social, cultural, intelectual, afetiva, entre outras, ao mesmo tempo em que produzem a si mesmos (Marx, 2008).

Nesta lógica, Frigotto (2009) chama a atenção para a ilusão economicista, de tomar a educação como um capital humano, instrumento de desenvolvimento social e superação das desigualdades sociais. Esta é uma concepção a-histórica e acrítica, pois não leva em conta a dinâmica das relações entre classes sociais antagônicas e as estruturas de poder que produzem as formas de opressão. É como acreditar que seja possível que, sem a alteração deste modo de sociabilidade e apartada da práxis revolucionária, a educação possa transformar a sociedade por meio de esforços individuais dos seus agentes.

Outra ressalva importante é que as formulações de Marx e Engels sobre a educação e sobre o trabalho como princípio educativo diziam respeito aos processos sociais, que, na conjuntura de oposição entre classes, subsidiassem a construção das bases para as múltiplas dimensões do sujeito, intentando outro modo de produção e de vida em sociedade. Portanto, essa noção não restringia a educação como mecanismo para a formação da força de trabalho. Porém, “no interior destas relações sociais a educação, de direito social e subjetivo, tende a se reduzir a uma preparação psicofísica, intelectual, estética e afetiva subordinada às necessidades unidimensionais da produção mercantil” (Frigotto, 2009, p. 72).

A política educacional no Brasil é determinada pelos condicionantes sócio-históricos, econômicos e culturais, substanciados pelo capitalismo dependente e periférico. No plano jurídico-normativo, é institucionalizada no país, de forma mais ampla, a partir do século XX. É operacionalizada de maneira frágil, tanto do ponto de vista do seu financiamento, quanto da infraestrutura institucional, além de não oferecer os recursos adequados para a qualificação dos trabalhadores da área (Lessa *et al.*, 2021). Na cena contemporânea, ela está conformada sob o ideário ultraneoliberal, que, nas palavras de Raichelis, Paz e Wanderley (2022, p. 5-6),

mais do que uma doutrina econômica, é uma nova racionalidade que corrói as relações sociais, transforma sujeitos em concorrentes e produz a mercadorização da instituição pública, levada a funcionar de acordo com a lógica gerencial prevalecente no mundo empresarial.

Diante deste quadro, a educação em seu sentido ontológico, como dimensão social; em seu sentido orgânico, como apropriação da cultura; em seu sentido social, como direito; e em seu sentido político, como bem público, passa ao largo. Mészáros (2008) demonstra que este é um padrão antigo, cuja centralidade está assentada em um projeto burguês de acumulação e ampliação capitalista.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. A própria História teve de ser totalmente adulterada, e de fato frequente e grosseiramente falsificada para esse propósito. (Mészáros, 2008, p. 35-36).

Logo, no contexto da crise do capital e do alinhamento do Estado brasileiro à agenda ultraneoliberal, a política de educação vem sendo forjada por um viés de mercantilização e privatização. Este se torna o terreno propício para que o setor privado passe a ditar “as regras do jogo”, definindo quem pode e quem não pode ter acesso à educação e quem será ou não formado como mão de obra para o mercado de trabalho.

Férriz e Martins (2020) apontam três características da política de educação no Brasil, decorrente do processo de inserção histórica brasileira na ordem do capital: 1) ela nunca foi universalizada e a expansão da educação ocorreu de forma tardia; 2) sua construção é fundada na relação público-privada; e 3) está assentada para responder às necessidades de produção e reprodução social.

Ao discutir o sentido restrito de política como forma de disputa pela posse ou pela manutenção do poder numa sociedade de classes que possui interesses antagônicos, Paro (2002, p. 14) situa a educação e os projetos educacionais, na dualidade de projetos societários, como “um terreno em disputa, desempenhando o papel de instrumento nas mãos do grupo [...] que lograrem mantê-la sob seu controle. [...] a visão de educação e a percepção do papel da escola são condicionadas pela visão de mundo e de política que orientam a ação dos grupos”.

No Brasil, o projeto de implementação da educação pública, como dever do Estado, tal como inscrito na Constituição Federal de 1988, começa a derrocar a partir da década

de 1990, com o advento das propostas privatizantes do ensino no contexto do neoliberalismo. É no governo de Fernando Henrique Cardoso que os interesses educacionais são estreitados com os organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que passam a interferir na política de educação brasileira. A partir daí, o setor privado de educação superior é ampliado, assim como a privatização interna de instituições públicas de ensino.

Apesar da popularização e expansão do acesso ao ensino superior, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff são marcados por rupturas e permanências em relação aos ideais neoliberais na educação, expressos por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a escalada da Educação a Distância (EaD).

A ruína maior ocorre a partir do governo de Michel Temer, que instituiu um regime fiscal alegando crise no país, com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que atingiu de modo visceral as políticas sociais no Brasil, dentre elas a de educação. Ao congelar os gastos públicos por 20 anos na área, ela repercute diretamente no acesso e na permanência no ensino público, além de exponenciar as desigualdades sociais e fragilizar as condições de vida da população.

Com a assunção ao poder de Jair Messias Bolsonaro, a desqualificação da política de educação ganha contornos particulares: conjuga o desmantelamento da área com a sua ideologização reacionária. Exemplos disso são os projetos político-ideológicos intitulados “Escola Sem Partido”, programa “Future-se”, programa nacional das escolas cívico-militares e o “Novo Ensino Médio”, que, apesar de ter sido idealizado em 2017, foi implementado nesse governo. Essa soma de fatores já anunciava que a pasta educacional enfrentava diversos revezes, os quais vieram a se acentuar durante a pandemia da Covid-19, lançando luz ao conjunto de disparidades socioeducacionais brasileiras. Em suma,

A tendência de privatização da educação em escala mundial já estava em curso, ainda que com diferenças nos diversos países. A pandemia de Covid-19 parece intensificar esse processo, atingindo um elevado grau de maneira mais ágil e eficaz. No Brasil, as decisões envolvendo as políticas educacionais para o período da crise foram tomadas com base em interesses privados de empresas, fundações e organizações nacionais e internacionais representados por supostos especialistas técnicos e neutros. (Galzerano, 2021, p. 131).

A racionalidade gerencialista que permeou este cenário foi abordada por Moreira, Oliveira e Almeida (2021). Ao analisem a educação, esses autores identificaram que a imposição do “*ethos* empresarial em um Estado com exíguo orçamento voltado às políticas sociais, se encerra no reforço das parcerias público-privadas” (Moreira, Oliveira,

Almeida, 2021, p. 56), somado às mudanças nas relações de poder institucionais e à complexificação do trabalho de assistentes sociais.

O que podemos constatar é que, sob o discurso do “novo”, “sustentável” e “eficiente”, a política de educação, sobretudo na fase pandêmica, foi sendo desmantelada; a formação escolar dos mais pobres, rebaixada; os docentes, desqualificados; o financiamento público reduzido; e as escolas, sucateadas (Cara, 2019).

As expressões da questão social na política de educação no contexto pandêmico

A revisão bibliográfica realizada nesta pesquisa revelou que a crise sanitária provocada pelo novo coronavírus acometeu de modo exponencial a parcela da população que tem menor poder aquisitivo. A desigualdade social, já existente no Brasil, agravada pela crise do capital exacerbada pela crise sanitária, ficou ainda mais evidente durante a pandemia, uma vez que as medidas adotadas para conter a disseminação do vírus, como o isolamento social e o consequente fechamento das escolas, tornou o acesso a direitos humanos básicos, como a educação, um privilégio para aqueles que detêm elevados recursos. Foram muitas dificuldades encontradas por meio do ensino remoto, que vão desde a falta de acesso à internet até a impossibilidade de orientar as crianças no domicílio. Nestes termos,

Com a crise sanitária causada pela pandemia da Covid-19, as desigualdades educacionais ganham maior visibilidade, os problemas históricos da educação brasileira de acesso e permanência dos filhos da classe trabalhadora na escola se agravam, pois muitos não têm acesso aos equipamentos eletrônicos necessários para acompanhar as aulas remotas, não tem acesso à internet e/ou o acesso é precário. (Lima, A., 2022, p. 6).

Leher (2022) destaca a responsabilidade do MEC em não ter provido infraestrutura de internet, plataformas públicas de ensino e aprendizagem e a reestruturação das unidades escolares para garantir um retorno seguro quando as condições epidemiológicas permitissem, mesmo tendo recebido críticas de sindicatos, de parlamentares e de entidades acadêmicas.

Ao abordar a atuação do/a assistente social na educação básica no cenário pandêmico, Edyane Lima (2022) destaca um conjunto de expressões da questão social, acentuadas com a emergência sanitária, tais como uso abusivo de substâncias psicoativas, desemprego, violência e evasão ou abandono escolar, os quais ressoam diretamente no processo ensino-aprendizagem. Santos (2022) registra a evasão escolar como um dos fenômenos que impactaram a formação educacional básica, assim como Clementino (2022) faz uma

síntese da conjuntura, dando ênfase ao processo que excluiu crianças e adolescentes do ambiente escolar por meio do seu abandono ou evasão.

Afora não terem garantidas sequer as condições básicas para evitar a proliferação do contágio, estes sujeitos enfrentaram também outras formas de violência, que embargaram suas estratégias de sobrevivência. Uma delas foi decorrente da necropolítica, termo cunhado por Mbembe (2016, p. 146) e que elucida “as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte”. Em outros termos, sob o discurso de guerra às drogas, o Estado dissipa corpos que são deixados à margem da sociedade, principalmente de negros.

Ao relacionar a questão social com a violência estatal nas favelas no cenário da Covid-19, Santos, Farage e Pinto (2020) discorrem sobre a política de morte empreendida nas periferias pelos governos, em todos os níveis, por meio da ação violenta das autoridades policiais, pela ausência ou ineficiência das políticas públicas de combate ao vírus, ou por privilegiar os interesses do capital em detrimento da necessidade de preservar vidas. Sobre o assunto, as reflexões de Eurico, Gonçalves e Fornazier (2021, p. 96) parecem estabelecer nexos:

Ao apreender as conexões entre assimetrias étnico-raciais, racismo estrutural e institucional e os impactos da covid-19 no Brasil, é possível afirmar que o modo como as políticas sociais estão organizadas concorre para o aumento da vulnerabilidade das populações negra e indígena em todas as esferas da vida cotidiana, seja na preservação da saúde e prevenção das doenças, seja na manutenção do trabalho e do salário, seja no acesso aos territórios com equipamentos públicos que ofereçam cultura e lazer, seja na possibilidade de residir em ambientes salubres e, portanto, menos propícios ao adoecimento físico e psíquico.

Por este motivo, qualquer investigação que aborde a questão social como expressões da desigualdade na sociedade capitalista não pode se furtar de considerar o trinômio raça, classe e gênero como parte de uma mesma substância-capital. A formação sócio-histórica brasileira tem como mácula a exploração e o extermínio de grande parte da população afro-brasileira num país onde a “tendência racista-elitista de nossa intelectualidade tradicional se revigora” (Moura, 2020, p. 30). Homens e mulheres foram escravizados por quase quatro séculos, devido a argumentos ideológicos e pseudocientíficos. Como resultante, pretos e pardos são aqueles que até hoje ocupam os mais baixos estratos sociais, sobretudo as mulheres negras.

A questão social existirá enquanto houver capitalismo, independentemente da existência de pandemia. Se a pandemia do coronavírus atenuou a desigualdade social, podemos também ter a mesma conclusão acerca da questão racial, já que o mesmo que produz as desigualdades sociais produz também as desigualdades raciais. (Fontes *et al.*, 2021, p. 5).

Nesta esteira, as disparidades de gênero também ressoam na conjuntura do novo coronavírus. Muitas mulheres, com destaque para pretas e pardas, que, historicamente, já possuíam dupla jornada de trabalho (o remunerado e o doméstico), passaram a conviver sob o risco da fome, sob o assédio de perderem seus empregos ou acusações de serem “portadoras do vírus”, que poderia adoecer a si próprias, às suas famílias e aos seus empregadores. Logo, a “precarização e desemprego crescem com a pandemia do coronavírus, que afetou mais o trabalho de mulheres, jovens e negros” (Hirata, 2022, p. 126).

A reforma estatal e a regressão de direitos trabalhistas e sociais no Brasil, observados no mandato presidencial vigente durante a pandemia, repercutiram no agravamento da superexploração do trabalho e no aumento de pessoas em situação de pauperização. Se o país já vinha registrando alarmantes índices de desemprego nos anos anteriores ao anúncio da Covid-19, com ela, brasileiros e brasileiras voltam a padecer da fome e/ou a vivenciar situações de insegurança alimentar (IA) (Fontes *et al.*, 2021).

No ano de 2020, foi estimada a perda de 400 milhões de empregos no mundo inteiro. A previsão era de que meio bilhão de pessoas passariam à condição de pobreza absoluta e de que morreria mais gente em decorrência da fome do que em virtude da contaminação de Covid-19 (Oxfam Brasil, 2020). Dentre os países classificados como de renda média-alta, num total de 43, conforme a base de dados do Banco Mundial, o Brasil apresentava a 21ª taxa de pobreza mais elevada. Quanto ao nível geográfico de Unidade da Federação, para a linha internacional de pobreza, o Maranhão se destacou com um em cada cinco residentes na situação de indigência pela ótica monetária, seguido do Acre (16,1%), Alagoas (15,0%), Amazonas (14,4%) e Piauí (14,0%) (IBGE, 2020).

Com base em dados coletados em dezembro de 2020, outro relatório da Oxfam Brasil (2021) registrou que os domicílios com rendimentos de até um quarto do salário-mínimo per capita apresentavam IA grave: 2,5 vezes superior à média nacional. Dos 2.180 domicílios cujos moradores foram entrevistados, 55,2% se encontravam em situação de insegurança alimentar e 9% conviviam com a fome.

Neste escopo, a política de transferência de renda promovida pelas autoridades governamentais, à época, teve como objetivo prioritário atender à circulação financeira e ao consumo de bens no mercado. Além de não ter alcançado a todos e todas, o programa, conhecido como “Auxílio-Emergencial”, não foi capaz de suprir as reais necessidades das famílias pobres, nem de oferecer um substitutivo à merenda escolar para estudantes das escolas públicas, que constitui um importante recurso para a manutenção dos vínculos educacionais e um meio de sobrevivência de muitos grupos. Estas questões precisam ser observadas a médio e longo prazo, como aponta Bello (2021, p. 12):

Sem políticas efetivas de educação, a desigualdade deixou de estar circunscrita aos riscos de classe, que já eram muitos e hoje são muito mais e parece apon-

tar na direção da consolidação de uma pobreza hereditária, com transmissão intergeracional, o que por sua vez poderá afetar o desempenho escolar dos indivíduos, impactando negativamente na inserção destes no mercado de trabalho, gerando um ciclo perverso de exclusão que poderá se retroalimentar por gerações, intensificando ainda mais os abismos entre as classes.

Cumpre, ainda, ressaltar o aumento de doenças relacionadas à saúde mental, que foram constatadas neste período, a exemplo dos quadros e sintomas de depressão e ansiedade, além de dificuldades de concentração. Soma-se a isso a agressividade, o choro, o ganho de peso, a compulsão alimentar e a insônia que foram percebidos em crianças em fase escolar e que podem ser reflexos das medidas de isolamento social (Lima, 2022).

As sequelas psicossociais dessa fase tiveram como alvo não apenas os discentes, mas também os docentes, cujo trabalho foi intensificado por uma série de novas exigências para as quais não foram preparados. Com o desgaste físico e emocional, professores experimentaram a reconfiguração do seu fazer profissional, mulheres foram sobrecarregadas e prejudicadas com a queda de suas produções acadêmicas, acentuou-se o caráter instrumental e mecanizado da força de trabalho para se adaptar às agências de fomento, além dos ataques à educação, aos docentes e ao funcionalismo público (Pinto; Farage, 2020).

As produções levantadas na pesquisa, portanto, oferecem contribuições importantes para a análise da relação entre questão social, crise capitalista e educação pública, principalmente devido a estas premissas: a) o indivíduo só se constitui como homem e como sujeito nas relações com outros homens por meio do processo educativo. É por meio dele que toma consciência dos conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção, sobre os seus determinantes e a possibilidade de ação sobre eles, sobre as contradições da vida material; b) “a atividade educativa pressupõe sempre uma determinada concepção de mundo, de homem, de sociedade e, conseqüentemente, de educação” (Saviani, 2018, p. 78); e c) “as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital” (Mészáros, 2008, p. 42).

As formas de violência, o racismo, a fome e a insegurança alimentar, o desemprego e as desigualdades socioeducacionais reputadas na política de educação, espaço de intervenção profissional do/a assistente social, pelos autores dos artigos e trabalhos das revistas e eventos selecionados, não se apresentam como elementos de análise novos, porque resultam da histórica contradição inerente da relação capital versus trabalho. Ao contrário, esses elementos ratificam o quadro geral de um contexto neoliberal que destituiu as políticas sociais de sua forma universal e de qualidade, dentre elas a educação, que se encontra vendida a toda sorte de interesses capitais.

Considerações finais

As expressões da questão social aprofundadas durante a pandemia da Covid-19 englobam aspectos multifatoriais, que são consubstanciados pela tríade raça, classe e gênero, inerente à sociabilidade do capital. A emergência em saúde pública descortinou inúmeros desafios para toda a sociedade, gerando tensões no que tange à gestão e à proteção de garantias essenciais. A educação, assim como os demais direitos sociais, foi diretamente atingida durante a crise sanitária mundial, cujos impactos poderão ser percebidos a longo prazo.

O conjunto de produções analisadas na revisão bibliográfica realizada nesta pesquisa revelou assimetrias sociais traduzidas no racismo, no sexismo, na pobreza, no desemprego, na fome ou na insegurança alimentar, assim como na restrição de direitos fundamentais de brasileiros e brasileiras, desde a entrada e a permanência no ambiente escolar até a preservação da própria vida. Expôs, ainda, que as medidas tomadas pelo poder público, como estratégias de normatização do ensino no período pandêmico, não foram capazes de suprir a defasagem histórica no sistema educacional brasileiro, marcado pela escassez ou ineficiência de ações e programas que pudessem assegurar a educação como um direito humano.

O que não se mostrou surpreendente é que a pandemia evidenciou mazelas sociais que já perduravam no Brasil como parte das crises estruturais do modo de produção capitalista. Nesse escopo, durante a emergência sanitária da Covid-19, o campo da educação sofreu investidas e ataques importantes, que ameaçaram o horizonte de uma educação emancipatória.

Em que pese a importância da intervenção governamental em situações que alterem o curso do desenvolvimento de uma sociedade, como é o caso de uma pandemia, os representantes do Poder Executivo brasileiro, na gestão de 2018 a 2022, sobretudo na figura do chefe de Estado, aviltaram a educação e os demais direitos sociais inscritos na Carta Magna. Essas garantias constitucionais passaram a coexistir e a disputar a atenção na agenda política com alguns dos elementos que imprimiram a marca deste governo: o negacionismo científico, a propagação de notícias falsas, a negligência na aquisição de vacinas e a omissão no trato com a doença e os doentes.

Passado – pelo menos oficial e institucionalmente – o período pandêmico (tanto da Covid-19, quanto do fascismo encampado pelo governo bolsonarista), resta aos grupos progressistas no Brasil reaverem o sentido da luta da classe trabalhadora e retomarem a efetiva implementação da política educacional brasileira de qualidade, gratuita, laica, presencial, antirracista, antimachista, anti-LGBTQIAPN+fóbica e socialmente referenciada.

Contribuições das autoras: Lilian Angélica da Silva Souza orientou a pesquisa e trabalhou na coesão e coerência textual, na fundamentação teórica, na análise e na revisão crítica do artigo. Amabele Rodrigues Freire Montavoni Pereira e Luiza Guimarães Oliveira trabalharam no levantamento bibliográfico, na análise e sistematização dos dados e na redação do artigo.

Agradecimentos: Rede de Estudos, Pesquisa, Extensão e Ensino sobre Serviço Social e Educação (REPENSSE).

Agência financiadora: Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aprovação por Comitê de Ética: não se aplica.

Conflito de interesses: não se aplica.

Referências

BELLO, A. Educação pública em meio à pandemia da Covid 19. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 10. *Anais...* Nov. 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_857_8576127e04447a32.pdf. Acesso em: 9 jun. 2023.

CARA, D. Contra a barbárie, o direito à educação. *In: CÁSSIO, F. (Org.). Educação contra a barbárie – por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019.

CLEMENTINO, M. O. Evasão e abandono escolar como expressão da “questão social”: acirramento no contexto da pandemia da Covid-19. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS*, 12. *Anais...* 11-13 out. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000001286.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

EURICO, M.; GONÇALVES, R.; FORNAZIER, T. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 140, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5GqfkcSgwKxvcvBjnYBzJmHC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C. Panorama da política de educação básica no Brasil. *In: FÉRRIZ, A. F. P.; MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). A sistematização do trabalho de assistentes sociais na educação básica*. Salvador: Edufba, 2020.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002.

FONTES, C. C. *et al.* Questão social, questão racial e aprofundamento das desigualdades sociais em tempos de pandemia de Covid-19. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 10. *Anais...* Nov. 2021. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2021/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1322_1322612eca965edc9.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/zQ8Gc4nzgz3y5kSfcxqdRZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 maio 2024.

GALZERANO, L. S. Políticas educacionais em tempos de pandemia. *Argumentum*, Vitória, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/33045/23391>. Acesso em: 10 jun. 2023.

HIRATA, H. Precarização do trabalho, pandemia Covid 19 e a questão da educação na pandemia. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20264/11358>. Acesso em: 9 jun. 2023.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 31 maio 2024.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. *Revista de Políticas Públicas*, v. 26, n. 1, 2022. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262/11357>. Acesso em: 9 jun. 2023.

LESSA, S. E. C. *et al.* O golpe, a virada à direita, o reacionarismo e a regressão de direitos: impactos na incompleta, frágil e perseguida política educacional brasileira. In: MARTINS, E. B.; FÉRRIZ, A. F.; ALMEIDA, N. L. T. de. (Org.). *A permanência estudantil na educação em tempos neoliberais e as estratégias de resistências*. Aracaju: Criação Editora, 2021.

LIMA, A. S. Serviço Social na educação básica: desafios para o exercício profissional do/a assistente social em tempos de pandemia da Covid-19. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12. *Anais...* 11-13 out. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000100.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

LIMA, E. S. Aproximações e atuação do Serviço Social na realidade da educação básica na Covid-19. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 12. *Anais...* 11-13 out. 2022. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/cbas2022/uploads/finais/0000000672.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. *Arte e Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, C. F. N.; OLIVEIRA, G. P.; ALMEIDA, N. L. T. de. O trabalho de assistentes sociais no contexto de precarização e regressão de direitos nas políticas públicas. In: VASCONCELOS, A. M. de; ALMEIDA, N. L. T. de; VELOSO, R. (Org.). *Serviço Social em tempos ultraneoliberais*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

MOURA, C. *Racismo e luta de classes no Brasil*. Textos escolhidos de Clóvis Moura. Piauí: Editora Terra Sem Amos, 2020.

OXFAM Brasil. *Poder, lucros e a pandemia: da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos*. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>. Acesso em: 30 maio 2024.

OXFAM Brasil. *Inquérito de insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19*. 2021. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/>. Acesso em: 31 maio 2024.

PARO, V. H. Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, jul.-dez. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/298/29828202.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2024.

PINTO, M. B.; FARAGE, E. Projetos em disputa na educação: trabalho docente em tempos de pandemia. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N. L. T. (Org.). *Serviço Social e educação*. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

RAICHELIS, R.; PAZ, R. D. O.; WANDERLEY, M. B. A erosão dos direitos humanos e sociais no capitalismo ultraneoliberal. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 143, jan.-abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/alj97zpH85pHLYxTmkMxzTmpS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2024.

SANTOS, F. H. C.; FARAGE, E.; PINTO, M. B. Questão Social e favela: violência estatal, pandemia e organização da classe trabalhadora. *Argumentum*, Vitória, v. 12, n. 3, set.-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31361/22437>. Acesso em: 23 abr. 2023.

SANTOS, D. A. Na defesa da política de educação em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social na implementação da Lei 13.935 de dezembro de 2019. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 17. *Anais...* 14-18 dez. 2022. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/00423.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

SAVIANI, D. O legado de Karl Marx para a educação. *Germinal – Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/26557/16020>. Acesso em: 15 jul. 2023.

TONET, I. *Lukács, Marx e a educação*. [201?] Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/LUKACS_MARX_E_A_EDUCACAO.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.